

A DIFUSÃO POPULAR DA MODERNIDADE POLÍTICA A FICCIONALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1820

BEATRIZ PERALTA GARCIA*

“Dies irae, dies illa,
Solvat saeculum in favilla:
Teste David cum Sibylla.
Quantus iudex est venturus
Cuncta stricte discussurus!
Tuba mirum spargens sonum
Per sepulcra regionum
Coget omnes ante thronum”¹.

I. Introdução

Os versos com os que introduzimos o nosso texto pertencem ao *Réquiem*, em dó menor, Op. 23, “À memória de Camões”, uma obra muito conhecida de João Domingos Bomtempo (1775-1842) composta na sequência da edição em Paris de *Os Lusíadas* pelo diplomata Morgado de Mateus, em 1817. Desconhecemos a data certa da composição mas sabemos que foi executada numa audição privada, nesta mesma cidade, por volta de 1819, com o melhor acolhimento por parte do público. Se desde o ponto de vista musical se situa entre o *Requiem* de Mozart (1719), o *Requiem em dó menor* de Querubini (1817) e o *Requiem* de Belioz

* Universidade de Oviedo, Espanha.

¹ João Domingos BOMTEMPO, “Dies Irae”, *Réquiem*, em dó menor, Op. 23, “À memória de Camões”, 1817-1819, Lisboa, Strauss – Música e vídeo, 1997.

(1837)², já sob a perspectiva da História não pode ser desvinculado do momento político que na altura se vivia em Portugal, como também não o texto camoniano que lhe serve de inspiração. A Revolução Liberal Vintista não tem sido, contudo, um período muito do interesse dos romancistas históricos, apenas abordado em duas obras de Alberto Pimentel: *O Testamento de Sangue*, dado à estampa só um ano depois da conferência de Antero no Casino Lisbonense e, *A Guerrilha de Frei Simão*, do ano 1895, com os ecos do Ultimátum e do movimento republicano ainda a ressoarem na alma lusitana. E da mesma maneira este romancista, autor de uma variada e extensa produção bibliográfica apenas tem merecido a atenção da comunidade académica. Só em datas muito recentes e por razões que coadjuvam o interesse científico com os laços de sangue tem sido objecto de uma dissertação de Mestrado na Universidade do Porto com vistas a estudar a importância que a “cidade Invicta encontra na obra do escritor”³. Pensamos, no entanto, que apesar do escasso valor dado pela crítica especializada⁴ ao conjunto da sua obra, e em especial no âmbito da ficção histórica, ela deve ser equacionada sob uma perspectiva bem diferente: a da divulgação popular dos acontecimentos históricos. Alberto Pimentel aparece como uma figura destacada enquanto elemento de uma nova geração de romancistas históricos que evoluirá a marcos narrativos contemporâneos provocando o estupor e a confusão da crítica ainda hoje. Só o público leitor acolheu com entusiasmo os novos relatos. Porém, não podem ser eles interpretados apenas sob as coordenadas da história da literatura. O romance histórico da actualidade encerra nele próprio uma leitura de difusão da modernidade política em que a opção literária é apenas uma eleição estratégica de aproximação à população. Era este o preço a pagar perante a paulatina consolidação da História como disciplina científica. Nas páginas seguintes tentaremos explicar estes pormenores com base nos romances históricos do autor antes referidos.

II. Alberto Pimentel: entre a História e o Romance Histórico

Antes de encarar o desenvolvimento do tema nestas obras é preciso debruçarmo-nos, nem que seja brevemente, sobre a figura de Alberto Augusto de Almeida Pimentel (1849-1925), célebre e prolífico romancista, dramaturgo, memorialista,

² Idem; também João de Freitas BRANCO, *História da Música Portuguesa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 4ª ed., 2005, p. 290.

³ Rute Santos de Castro Lopo e FARO, *O Porto na Berlinda: Memórias de Alberto Pimentel*, dissertação de Mestrado em Literaturas Românicas da Universidade do Porto, policopiada, 2005, p. 1.

⁴ Maria de Fátima MARINHO, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999, pp. 90-91.

cronista, biógrafo⁵ – é a ele a quem devemos parte do conhecimento da vida e obra de Camilo⁶, de quem se assume como discípulo –, e jornalista⁷ portuense, actividade esta última onde iniciaria a sua vida profissional colaborando em jornais como *A Esperança* (1865), *Folha dos Curiosos* (1868-1869), *Jornal do Porto* – como traductor das notícias vindas do estrangeiro aonde chegara aproveitando a vaga deixada por Ramalho Ortigão por transferência para Lisboa –⁸ e, a seguir, n’*O Primeiro de Janeiro*⁹ sob convite do seu director Gaspar Ferreira Baltar, já em 1872, substituindo Germano Meireles. Em 1873 desloca-se a Lisboa, cidade aonde se fixará definitivamente, para exercer o cargo de Procurador Régio no Tribunal da Relação, onde ficará dez anos¹⁰. Pouco depois, em 1876, será nomeado inspector das escolas primárias e ainda haverá de desenvolver labor de professor na Escola Académica e no Colégio Parisiense¹¹. A partir da sua instalação definitiva em Lisboa começará a escrever nas folhas da capital: *Jornal da Noite* – a convite de António Augusto Teixeira de Vasconcellos¹² –, *Diário Ilustrado*, *Diário da Manhã*, *A Illustração Portuguesa*, *O Popular*, *O Portugal*, *Revista Illustrada...*¹³. Após a sua filiação no partido Regenerador¹⁴ fará a sua estréia na política como administrador no concelho de Portalegre em 1878. Pouco depois será eleito deputado¹⁵ durante duas legislaturas nos círculos eleitorais de Cinfães (1882-1884)

⁵ *Júlio Dinis* (1872) e *Vida Mundana de um Frade Virtuoso* (1890), sobre António das Chagas.

⁶ *Uma Visita ao Primeiro Romancista Portuguez em S. Miguel de Ceide* (1885), *O Romance do Romancista* (1890), *Os Amores de Camilo* (1899), *Memórias do Tempo de Camilo* (1913), *Notas sobre o Amor de Perdição* (1915), *A Primeira Mulher de Camilo* (1916), *O Torturado de Ceide* (1922), e *Nosografia de Camilo Castelo Branco* (1925).

⁷ Aos catorze anos já redigira um pequeno jornal, *Tentativas Literárias*. Vid. Fernando Alberto PIMENTEL, “Alberto Pimentel. Um escritor e a sua obra”, em Alberto PIMENTEL, *A Corte de D. Pedro IV*, Mafra, Parceria de A. M. Pereira, Lda, 2ª ed., 1972, p. 16.

⁸ Alberto PIMENTEL, *Vinte Annos de Vida Litteraria*, Lisboa, Composto e Impresso na Typographia da Parceria de Antonio Maria Pereira, 2ª edição, revista pelo auctor, 1908, cap. XIII.

⁹ As suas colaborações neste jornal seriam posteriormente reunidas no volume *Entre o Café e o Conhaque* (1873).

¹⁰ Alberto PIMENTEL, *Vinte Annos...*, cit., cap. XIX.

¹¹ Álvaro Manuel MACHADO, “Pimentel, Alberto Augusto de Almeida”, em Álvaro Manuel MACHADO, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1996, pp. 380-381.

¹² Alberto PIMENTEL, *Vinte Annos...*, cit., cap. XVIII.

¹³ Rute Santos de Castro Lopo e FARO, *O Porto na Berlinda...*, cit., pp. 130-140.

¹⁴ Da sua experiência na administração do Estado deixou testemunha em obras como *Memória sobre a História e a Administração do Município de Setúbal* (1877) e *Viagens à Roda do Código Administrativo*.

¹⁵ Alberto PIMENTEL, *Vinte Annos...*, cit., cap. V. De entre os projectos de sua autoria que conseguiu vingar na Câmara dos Deputados e de que se sentia particularmente orgulhoso está o de ter viabilizado a leitura nocturna nas bibliotecas públicas. Segundo dados fornecidos pelo autor em Outubro de 1889 esta era superior à diurna, com 1494 leitores frente aos 1092. É de salientar

e Póvoa do Varzim (1890-1894) e assumirá a redacção do **Diário da Câmara dos Pares** em duas ocasiões diferentes: entre 1887 e 1890, e entre 1896 e 1910. A partir da proclamação da República exercerá o mesmo cargo durante o período constituinte (15 de Junho a 25 de Agosto de 1911) e depois no **Diário do Senado** (26 de agosto de 1911 a Julho de 1915)¹⁶. Ainda haveria de cumprir com outras responsabilidades de carácter político, entre elas, a de vocal do Conselho de Arte Dramática e a de comissário do Teatro de D. Maria II (1897-1906), pois o teatro era outra das suas grandes paixões. Para ele escreveu alguns dos mais reconhecidos êxitos da comédia de costumes Oitocentista: os poemas cómicos *Que Jovem Telémaco! Poesia Cómica*, recitada pelo célebre actor Valle, do Teatro do Gimnásio de Lisboa, no Teatro Baquet, do Porto, na noite de 23 de Agosto de 1867¹⁷, que significa a recepção em Portugal do género Bufo trazido desde Espanha; *Vestidos Curtos. Poesia Cómica e O Nariz. Poesia Cómica* (1867); os monólogos *A Greve. Scena comica*¹⁸, *Lírios* – levado à cena pela actriz Emilia Adelaide a 17 de Julho de 1873 no teatro de S. João do Porto¹⁹ –, e *Rindo* – a cargo de Júlia Anjos -. Outras peças foram escritas por encargo: *High-Life-Mania. Comedia Original, em 1 acto*, encenada a 7 de Março de 1877 no Teatro do Gimnásio²⁰ a benefício da actriz Jesuína Marques; *Depois do Salchifré*, para o actor Lamas; *Os Calixtos*, para

também o discurso de Alberto Pimentel com motivo do monumento erigido ao Marquês de Pombal no sentido de não ter sido completamente exonerado no episódio da conspiração dos Távora.

¹⁶ Vid. dados biográficos em Fernando Alberto PIMENTEL, “Alberto Pimentel. Um escritor...”, cit., pp. 7-42; *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino de Portugal* (1887-1890, 1896-1910); *Diário do Senado* (1911-1915). O neto Fernando Alberto Pimentel afirma à p. 10 da obra citada que o avô resignou do seu lugar de redactor da Câmara do Senado em 1919.

¹⁷ A obra foi um encargo que o autor recebeu do amigo o actor Valle, a sazão no Porto para uma recita junto do também actor Silveira. A companhia dos Bufos Madrilenos (Bufos Arderíus, 1866-1872) tinha encenado em Madrid, a 22 de Setembro de 1866, a obra *El joven Telémaco. Zarzuela mitológico-burlesca en dos actos* (publicada em 1867), com letra de Eusebio Blasco e música do maestro José Rogel, com grande sucesso. A peça de Alberto Pimentel é uma paródia da espanhola escrita em apenas vinte e quatro horas. Vid. Alberto PIMENTEL, *Que Jovem Telemaco! Poesia Comica*, Porto, Typographia de A. Moraes & Pinto, 1868. Sobre os Bufos Madrilenos e o seu promotor, o actor e empresário Francisco Arderíus (1835-1886) – nascido em Évora – vid. Sergio BARREIRO SÁNCHEZ, “La escena madrileña en la segunda mitad del siglo XIX: Francisco Arderíus y los Bufos Madrileños”, *Stichomotya. Revista de Teatro Contemporáneo*, 8, Valencia, Universidad de Valencia, 2009, pp. 96-107; também Francisca Íñiguez BARRENA, *La parodia teatral en España (1868-1914)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, Servicio de Publicaciones, 1999, pp. 18-24.

¹⁸ Alberto PIMENTEL, *A Greve. Scena comica*, Lisboa, Livraria editora de Mattos Moreira & C^a, 1878. Seria ensaiada pelos membros da Liga da Mocidade Socialista em 1926 para ser representada numa festa partidária. Vid. Beatriz PERALTA GARCÍA, *La cultura obrera en Portugal. Teatro y socialismo durante la Primera República (1910-1926)*, Mérida, Junta de Extremadura, 2009, p. 87.

¹⁹ Alberto PIMENTEL, *Vinte Annos...*, cit., cap. XVI.

²⁰ Alberto PIMENTEL, *O Capote do Snr. Braz*, Porto-Braga, Livraria Internacional, 1877, pp. 103-157.

Luís Gama, actor amador, e mais tarde representada por Simões; e *Grandes e Pequenos*, um monólogo que o citado actor Valle recitaria em diversas ocasiões²¹.

Nesta obra monumental e multifacetada um dos grandes desvelos de Alberto Pimentel foi, sem dúvida, a História, e à sua divulgação dedicaria os melhores empenhos. Fê-lo, simultaneamente, em dois âmbitos: em obras de carácter histórico e através da redacção de romances. No primeiro deles focalizou a atenção na sua cidade-berço em obras como *O Porto por fora e por dentro* (1878), *Crónicas de Viagem* (1888) e *O Porto há Trinta Anos* (1893); e na História de Portugal em *Portugal de Cabeleira* (1875), *Rainha sem Reino* (1887), sobre a filha de Henrique IV de Castela e D. Joana de Portugal, D. Juana, chamada “la Beltraneja”; *Histórias de Reis e de Príncipes* (1890), *Sangue Azul* (s.d.), *As Amantes de D. João V* (1892), *A Última Côrte do Absolutismo em Portugal* (1893) e *A Côrte de D. Pedro IV* (1896), esta última merecedora de um certo sucesso pois ainda conheceria uma segunda edição em 1914 para além de ter sido publicada primeiro em folhetim no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro²². Já os títulos dados pelo autor esclarecem-nos a respeito da sua concepção da História baseada no estudo do Homem como sujeito protagonista sob a égide de Suetonio frente ao que ele denomina a “ficção” de Herodoto e as “arengas” de Tito Livio. Daí o interesse pelos reis e os príncipes, “personificações” históricas dos acontecimentos políticos susceptíveis de serem analisadas após a sua conversão em cidadãos com a chegada do constitucionalismo²³, olhando com particular atenção à “physionomia moral”²⁴ que os anima:

“É que a História, - escreve - por uma evolução fatal converteu-se no drama humano: é sempre o homem que está em scena perante o homem”²⁵.

Este intuito de difusão histórica manifesta-se também na opção por uma escrita ligeira, rápida, viva, numa época já sentida de “vertiginosa” e sem tempo para a leitura. Assim, continua o autor,

“o historiador há de, para ser lido com algum agrado, converter-se em

²¹ SOUSA BASTOS, *Carteira do Artista. (Apontamentos para a história do Theatro Portuguez e Brasileiro)*, Lisboa, ed. de José Santos, 1898, p. 515.

²² Alberto PIMENTEL, *A Côrte de D. Pedro IV*, Porto, Imprensa Portugueza – Editora, 1896.

²³ Alberto PIMENTEL, “Advertencia”, *A Última Côrte do Absolutismo em Portugal*, Lisboa, Livraria Ferin, editor, 1893, p. IX.

²⁴ Alberto PIMENTEL, “Duas Palavras”, *A Corte...*, cit., páginas sem numerar.

²⁵ Alberto PIMENTEL, “Advertencia”, *A Última Corte...*, cit., p. XI.

machina de distillação, recolhendo com paciência numerosas noticias de que, para uso do publico, apenas deverá extrahir a substancia e a critica”²⁶.

O propósito divulgador não devia nem podia entrar em contradicção com o respeito à verdade histórica que o autor se esforça em recuperar de entre um conjunto diverso de fontes documentais: são os testemunhos orais, a visita aos arquivos públicos e privados, o recurso à bibliografia – jornais, memórias, relatos de testemunhas presenciais, romances... -, tudo ao serviço de um intuito de objectividade que, por vezes, atinge a profilaxia política quando aborda períodos da História de Portugal especialmente dolorosos para o sentir popular. É o que acontece, por exemplo, com a Guerra Civil de 1832-1834, toda vez que o tempo tem acalmado os excessos de outrora. E assim, na “Advertência” com que em 1893 apresenta *A Ultima Côte do Absolutismo em Portugal*, o autor declara:

“Este livro obedece involuntariamente á orientação histórica do nosso tempo. Nasceu fora de todos os intuitos políticos, não veio a lume para ser uma arma de combate, nem um instrumento de propaganda. Brotou do amor da verdade, colhida nos últimos testemunhos da tradição oral, desapaixonadamente joeirada, nas impressões pessoais, prestes a apagar-se, dos homens de 1833, e nas respigas, deleitosamente conduzidas, atravez de arquivos particulares e públicos, que guardam segredos preciosos”²⁷.

Um exemplo de este seu modo de trabalhar, muito perto do método seguido pelo historiador profissional, deixa-no-lo na “Advertência” escrita para *A Guerrilha de Frei Simão*. Para a elaboração do romance deslocou-se, a 9 de Setembro de 1894, até a aldeia de César, no concelho de Oliveira de Azeméis. Lá visita a casa do frade, entrevista-se com o sobrinho, Alfredo Praça de Vasconcelos, e outras pessoas que o conheceram:

“Ouvi da sua boca a narração de interessantes minúcias biográficas (...), e em passeio pelos campos de Cezár, acompanhado pelos últimos contemporâneos do frade guerrilheiro, que paravam reatando lembranças, mencionando lugares e factos (...).

Outras jornadas empreendi por amor da verdade histórica. Duas vezes tive de ir à Vila da Feira para reconstruir o episódio da evasão de frei

²⁶ Alberto PIMENTEL, “Duas Palavras”, *A Corte...*, cit., páginas sem numerar.

²⁷ Alberto PIMENTEL, “Advertencia”, *A Ultima Corte...*, cit., p. XI.

Simão de Vasconcelos, da cadeia daquela vila.

Da primeira vez não pude colhêr as informações que desejava. A memória dos velhos estava confusa e hesitante, quási apagada. Da segunda vez, caminhei ao acaso, dirigindo-me, por palpite ou intuição, ao primeiro homem encanecido que encontrei. Felizmente, êle pôde indicar-me a pessoa que reputava habilitada para esclarecer-me. Assim fiz; e assim foi”²⁸.

Antes da redacção de estas obras Alberto Pimentel iniciara o estudo da História, sentido de forma natural como ele próprio sublinhava²⁹, muito antes, quando com apenas vinte e três anos deu à estampa o primeiro dos seus romances que abordava sucessos políticos ainda relativamente recentes, *O Testamento de Sangue*³⁰ (1872), a que se seguiu *O Anel Mysterioso. Scenas da Guerra Peninsular*; em 1873. Isto é, no início da década de 70, seguindo de perto o sucesso do romance histórico desde os anos 40 e ainda as inovações temáticas de A. A. Teixeira de Vasconcellos em *O Prato de Arroz Doce* (1862) – considerado pela crítica a degradação do género ou um autentico livro de História pelo relato que o autor fez das revoluções de Maria da Fonte e a Patuleia -, Arnaldo Gama em *O Sargento-Mor de Vilar. (Episódios da Invasão dos Franceses em 1809)* (1863) e *O Segredo do Abade* (1864) – ambos os romances sobre a segunda invasão de Soult no Porto e Braga -, e Manuel Pinheiro Chagas em *O Monge do Bussaco* (1867) – a focalizar a invasão de Massena e a derrota do exército francês na batalha de Buçaco (27 de Setembro de 1810) - e, particularmente, em *Os Guerrilheiros da Morte* (1872) – sobre a invasão de Junot³¹ -, Alberto Pimentel realiza uma aposta decidida pelo romance histórico da actualidade³². O impacto do reinado de D. Pedro V levá-lo-á a escolher este período como assunto da sua terceira obra intitulada *A Porta do*

²⁸ Alberto PIMENTEL, “Duas palavras”, *A Guerrilha de Frei Simão. Romance Histórico*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945, páginas sem numerar.

²⁹ Alberto PIMENTEL, “A quem Ler. Prologo da 1ª edição” e “Prologo da 2ª edição” a *Vinte Annos...*, cit.

³⁰ Alberto PIMENTEL, *O Testamento de Sangue*, Porto, Typographia do Jornal do Porto, 1872.

³¹ Teria um êxito editorial até à data desconhecido, com três edições no mesmo ano, uma quarta em 1874 e ainda mais uma em 1899 antes de acabar a centúria.

³² Em oposição ao romance histórico tradicional, isto é, com situação da diégese narrativa na Idade Média, as Descobertas e a Expansão Ultramarina. O alargamento do marco histórico à procura de novos temas com os quais satisfazer a crescente demanda editorial propiciou uma evolução cronológica até atingir a contemporaneidade dos autores. Porém, o conceito começa a se utilizar nos inícios do século XX para designar narrativas nas que subjaz a ideia republicana, como os romances de Eduardo de Noronha, Eduardo Moreira e Faustino da Fonseca, sobre a proclamação da República no Brasil e em Portugal. Vid. Beatriz PERALTA GARCÍA, “A República no romance histórico da atualidade”, no prelo.

Paraíso. Chronica do Reinado de D. Pedro V. Romance original (1873)³³, os anos da Guerra Civil de 1832-1834 para a citada *A Guerrilha de Frei Simão* (1895), bem como a Regeneração nas já serôdias *O Arco de Vândoma*³⁴ (1916) e *Terra Prometida. Romance* (1918). Nesta última renderá homenagem à conciliação social atingida nos anos regeneracionistas focalizada numa família miguelista³⁵.

A opção pelo romance histórico como forma de difusão da História é muito significativa do momento historiográfico que se vive em Portugal, numa fase de crescente cientifização do discurso histórico em paralelo com a consolidação dos esquemas ficcionais do romance como género literário. A partir dos finais da década de 70 Oliveira Martins advertirá em obras sucessivas da diferença entre História e Romance com base no discurso porque ela “nunca poderá criar obras que tanto agradem ao sábio quanto ao ignorante”³⁶ e no método, sendo que ambos dois compartiam o Homem como sujeito do estudo:

“(…) a historia exige sobretudo observação directa das fontes primordiais, pintura verdadeira dos sentimentos, descrição fiel dos acontecimentos, e, ao lado d’isto, a impassível frieza do critico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objectivo, o systema dos sentimentos geradores e dos actos positivos”³⁷.

De não ser assim o historiador cometeria o risco – como ele próprio alguns anos antes numa obra de juventude, o romance histórico *Phoebo Moniz* (1866), que posteriormente retiraria do mercado por motivos políticos³⁸ –, de escrever não livros de História mas romances históricos sobre os que já a inícios da década de 80 tinha uma opinião francamente negativa:

³³ Alberto PIMENTEL, *A Porta do Paraíso. Chronica do Reinado de D. Pedro V. Romance Original*, Lisboa, Lucas & Filho – Editores, 1873; idem, *Vinte Annos...*, cit., cap. XIX.

³⁴ Alberto PIMENTEL, *O Arco de Vândoma. Romance*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945.

³⁵ Alberto PIMENTEL, *Terra Prometida. Romance*, Lisboa, Guimarães & C^a editores, 1918.

³⁶ J. P. OLIVEIRA MARTINS, “Advertência” a *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, editora Ulisseia, 1998, p. 33.

³⁷ J. P. OLIVEIRA MARTINS, “Advertencia”, *Historia de Portugal*, tomo I, Lisboa, Livraria Bertrand, terceira edição augmentada, 1882, p. V.

³⁸ F. A. d’OLIVEIRA MARTINS, “O Iberismo de Oliveira Martins”, em J. P. OLIVEIRA MARTINS, *Febo Moniz. Romance Histórico Português do Século XVI*, Lisboa, Guimarães Editores, Ld^a, 1988, p. 7 e nota 2; também Guilherme de OLIVEIRA MARTINS, “Esboço biográfico” a J. P. OLIVEIRA MARTINS, *Cartas Peninsulares*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira-Editor, 1895, p. 5.

“um genero hybrido e falso, o *romance historico*, em que é para lamentar o tempo e o talento desperdiçados a compor verdadeiros *pastiches*. O valor d’essas obras, a que ficaram ligados os nomes de Herculano e Garrett, de Mendes Leal e Rebello da Silva, de Marreca e Bernardino Pinheiro, de Corvo e Arnaldo Gama, de Camillo Castello-Branco e ainda de Pinheiro Chagas, valor escasso ou nullo como obras poéticas, é apenas o da história dos costumes, trajos, etc., do *pittoresco* da historia, traduzido pelos authores com maior ou menor saber e fidelidade”³⁹.

A eleição do tema por parte de Alberto Pimentel para a primeira das suas incursões no género histórico, a Revolução de 1820, denuncia por seu lado, a presença de um novo tipo de escritor. O nascimento do autor em meados do século XIX situa-o na geração dos intelectuais – entre os quais Manuel Pinheiro Chagas, António Maria de Campos Júnior e Carlos Malheiro Dias – que, na pegada de Arnaldo Gama nos dois romances anteriormente citados, se aproximaram junto do romance histórico com o propósito de difundirem entre a população portuguesa de Oitocentos o período das invasões napoleónicas e a Guerra Peninsular numa época de crescente exacerbação do sentimento nacional⁴⁰. Supõe uma evolução não apenas temática sob o ponto de vista literário mas, sobretudo, da mentalidade da população portuguesa em termos gerais e, em concreto, com respeito à que bem se pôde considerar a primeira geração dos romancistas históricos da actualidade⁴¹, aqueles nascidos no primeiro quartel do século: Francisco Pedro Celestino Soares⁴², A. A. Teixeira

³⁹ J. P. OLIVEIRA MARTINS, “III. Notas sobre a Historiographia em Portugal”, *Historia de Portugal*, tomo II, Lisboa, Livraria Bertrand, terceira edição augmentada, 1882, p. 320.

⁴⁰ Manoel PINHEIRO CHAGAS, *O Monge do Bussaco. (Episodio da Invasão Franceza)*, Figueira, Imprensa Lusitana, 1909; idem, *Os Guerrilheiros da Morte. Romance Historico*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1899; António de CAMPOS JUNIOR, *A Filha do Polaco. Romance Historico*, 2 vols., Typographia da Empreza do Jornal O Seculo, 1903; idem, *Os Ultimos Amores de Napoleão. (De Warterloo a Santa Helena)*, João Romano Torres & C^a editores, Lisboa, s.d; Carlos Malheiro DIAS, *Paixão de Maria do Céu. Romance*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1902.

⁴¹ Sobre o conceito de “romance histórico da actualidade” vid. Beatriz PERALTA GARCÍA, “A República...”, cit.; Helena Carvalhão BUESCU (coord.), “Narrativa Histórica”, *Dicionário do Romantismo Português*, Lisboa, Caminho, 1997, p. 358.

⁴² Francisco Pedro Celestino SOARES, *Luiza e Julia. Romance Histórico que Comprehen-de o Tempo do Dominio de Dom Miguel*, 2 Tomos, Lisboa, na Imprensa Nevesiana, 1845; idem, *O Sapateiro de Azeitão. Romance Histórico-Político*, Lisboa, Typographia Universal, 1865.

de Vasconcellos⁴³, Silva Gaio⁴⁴ ou o mesmo Arnaldo Gama⁴⁵, mais preocupados com o relato das guerras civis liberais dos anos 30 e 40 no conjunto da sua produção literária⁴⁶.

III. A Revolução de 1820 no Romance Histórico da Actualidade: *O Testamento de Sangue* (1872) e *A Guerrilha de Frei Simão. Romance Histórico* (1895).

O Testamento de Sangue nasceu da proposta feita ao editor lisboeta António Maria Pereira apenas como uma forma de aumentar a receita do orçamento do autor no *Jornal do Porto* para o que na altura trabalhava. Concebido para ser publicado num volume, veio finalmente para as páginas do folhetim do jornal portuense por atraso da edição em Lisboa d’*Os Dramas de Paris*, de Ponson de Terrail, sem qualquer oposição por parte do dono do jornal, Cruz Coutinho. Os editores impuseram as suas condições. Pediram-lhe “(...) que não fosse tão longo que prejudicasse a sequencia dos *Dramas de Paris*, nem tão breve que deixasse de preencher um compasso de espera”⁴⁷. A escolha do tema indica, como dissemos, uma originalidade e uma novidade muito expressivas quer em termos literários quer no âmbito dos estudos históricos, sendo que até a actualidade nenhum outro escritor de romances históricos tem-se interessado pela revolta de 1820. Contrariamente aos anos das invasões napoleónicas e a Guerra Peninsular, a Guerra Civil de 1832-1834 e ainda as revoluções de Maria da Fonte e a Patuleia, a revolução liberal Vintista é, com a Regeneração, um período da história recente muito pouco romanceado pelos autores. Basta debruçarmo-nos apenas nos títulos do romance histórico do século XIX para observarmos, a olhos vistos, como o monto deles é numericamente muito inferior⁴⁸. De facto apenas *A Guerrilha de*

⁴³ A. A. Teixeira de VASCONCELLOS, *O Prato de Arroz Doce*, Romance, Porto, Typographia do Commercio, 1862.

⁴⁴ A. SILVA GAIO, *Mário. Episódios das Lutas Civis Portuguezas de 1820-1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

⁴⁵ Os romances históricos da actualidade de Arnaldo Gama *O Sargento-Mor de Vilar. (Episódios da Invasão dos Franceses em 1809)* (1863) e *O Segredo do Abade* (1865) situam a acção no Porto, na sua cidade-berço, no tempo das invasões napoleónicas e são considerados os iniciadores da tendência, todavia sem considerar a obra de Francisco Pedro Celestino SOARES *Luiza e Júlia...*, cit.

⁴⁶ Sobre as duas gerações dos romancistas históricos da actualidade vid. Beatriz PERALTA GARCÍA, “Traumas vividos y traumas contados. El impacto emocional de la guerra en la novela histórica del siglo XIX”, *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. XI, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies at the University of California, 2012, pp. 279-294.

⁴⁷ Alberto PIMENTEL, *Vinte Annos...*, cit., cap. XIII.

⁴⁸ Vid. o nosso artigo “Traumas vividos y traumas contados...”, cit.

Frei Simão reserva-lhe parte do protagonismo porque na maioria dos romances o relato está integrado numa tentativa de explicação de um período histórico bem mais amplo, a instauração do liberalismo em Portugal, concebido sob uma perspectiva global, desde a deflagração revolucionária até à sua consolidação com o fim do absolutismo na Guerra Civil do início da década de 30. Não é, contudo, esta a única razão que explica a evidente desproporção das narrativas a propósito do Vintismo. É preciso apontar uma outra circunstância, já referida a respeito da geração em que se insere o autor: são romancistas que não sofreram no seu percurso vital os anos dos conflitos bélicos. Como salientamos em outro lugar⁴⁹ a primeira geração experimentou durante quase cinquenta anos a violência da Guerra Peninsular e as duas guerras civis dos anos 30 e 40 para além das perseguições políticas. Trata-se, por tanto, de “traumas vividos” – daí a sua elevação a matéria romanesca e do início da temática de actualidade em Portugal, uma origem particular que afasta o país dos da sua área de influência histórico-cultural para os que o romance histórico da actualidade é fruto do impacto emocional de guerra europeia contra Napoleão: a própria França, Espanha, Alemanha e até a Rússia -, enquanto que para os autores da segunda metade do século XIX são “traumas contados” pela memória dos seus maiores.

Outro elemento a sublinhar é a data de publicação, apenas um ano depois dos acontecimentos de Maio de 1871. Na noite de 27 Antero de Quental tinha pronunciado na Sala do Casino Lisbonense o seu célebre discurso sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. As teses de Antero, articuladas e sistematizadas neste texto sobejamente conhecido, inserem-se num contexto de agitação geral em Europa após a Comuna de Paris, com a crescente organização do movimento operário e o desenvolvimento das teorias federalistas, acompanhado pela aparição de novos conceitos como “latinismo”, inicialmente uma simples reacção linguística perante o “pão-eslavismo” que irá ganhar, paulatinamente, um sentido civilizador⁵⁰. A visão anterior da crise decadentista portuguesa com base numa civilização cultural lusitana e espanhola estagnadas converte-se num dos elementos que provocaram o escândalo nos sectores mais politicamente conservadores da segunda metade do século XIX. Porém as suas teses serão re-orientadas por outros sectores intelectuais que substituirão a dimensão internacionalista, social e progressista que anima o texto anterior por uma outra interna e local, isto é, mais liberal e “nacionalista” especialmente a partir da crise do Ultimátum de

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Pierre RIVAS, “Utopie iberique et ideologie d’un federalisme social pan-latin”, in AA.VVV., *Utopie et socialisme au Portugal au XIX^e siecle. Actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982, p. 319 e ss.

1890. Veiculam uma percepção da história de Portugal difundida desde os meados do século através do romance histórico, um canal que se tinha revelado muito do agrado popular. Nos finais da centúria organiza-se em grandes ciclos histórico-narrativos a cargo de militares, jornalistas e publicistas constituindo uma variante paralela à estratégia teofiliana da difusão do pensamento republicano. São as obras monumentais de Rocha Martins e César da Silva que abrangem a totalidade da história nacional portuguesa desde a Idade Média até atingir a contemporaneidade. A localização da diégese narrativa em cenários coevos ou actuais⁵¹ dá à luz a já referida tendência da actualidade e constitui um ponto de chegada no desenvolvimento do género após a quebra do cânone clássico. Desde 1845 o conjunto dos novos romancistas veio colocar aos olhos do público português não os grandes temas do romance histórico tradicional, isto é, medieval – o nascimento da nacionalidade, as descobertas, a expansão ultramarina e a restauração da monarquia lusitana na Casa dos Bragança –, largamente conhecidos através das obras de Herculano, Almeida Garrett, Rebello da Silva, Mendes Leal, Andrade Corvo e tantos mais, mas os acontecimentos dolorosamente marcantes do século XIX: as invasões napoleónicas e a Guerra Peninsular, as revoluções liberais, as perseguições políticas, as guerras civis da década de 30 e 40, a Regeneração. Toda a história portuguesa de Oitocentos pode-se descobrir neste conjunto de obras do romance histórico a descreverem episódios lacerantes e traumáticos resgatados do esquecimento geral ou apenas conhecidos dos militares e os historiadores, prestes a serem transmitidos às novas gerações.

As teses de Antero irão ganhar acomodo no *Testamento de Sangue* na explicação geral do movimento revolucionário. Sob o ponto de vista da estrutura do relato os catorze anos compreendidos entre a revolução de 1820 e o fim da guerra civil de 1832-1834 serão os abordados em diferentes tempos do romance. O narrador organiza a trama de ficção em duas partes seguindo os modelos romântico, realista e naturalista em literatura: na primeira, desenvolve um drama sentimental organizado entorno a um triângulo que tem por protagonistas a Carlota da Veiga, filha do morgado Nicolau da Veiga, obrigada a aceitar um matrimónio de conveniência com Luiz Cypriano de Meirelles, por sua vez morgado de Entre Douro e Minho, e o jornaleiro Simão Esteves. Na segunda, os protagonistas serão os filhos daqueles. Paralelamente, o relato histórico enquadra o tempo vital de todos eles. Assim, a diégese situa inicialmente a acção em abril de 1821 sem entrar a relatar o movimento revolucionário, mas os trabalhos das recém formadas Cortes Constitucionais que haverá de se completar, alguns

⁵¹ Beatriz PERALTA GARCÍA, “A República...”, cit.; Helena Carvalhão BUESCU, “Narrativa histórica”, cit.

capítulos mais à frente, com uma visão da decadência de Portugal segundo as teses de Antero até fazer coincidir ambos os tempos históricos: o da ficção literária e o da contemporaneidade do autor. Na segunda parte o narrador aborda a narração da história de Portugal desde abril de 1821 até o fim da guerra civil com uma pequena prolepse até 1843 que, mais uma vez, fecha quer o relato histórico quer o de ficção.

A acção das Constituintes de 1821 é relatada a través de um debate entre os morgados de Entre-Douro e Minho. A construção das personagens veiculará diferentes posturas ideológicas, os que nada esperam do novo regime:

“(…) das constituintes pouco há a esperar, porque não têm coherencia, não têm unidade de principios e de sentimentos; não estão portanto nas condições politicas indispensaveis a um congresso que tem de radicar a liberdade. A liberdade! Liberdade não a teremos por ora, não a veremos talvez em nossa vida, por mais que se falle de bases e de constituições”;

e os que são claramente a favor:

“(…) Formular, discutir, assentar as bases de uma constituição, não é trabalho pequeno nem fácil. Se ellas tivessem feito mais, era suppor que tivessem obrado peor. Então accusal-as-hiam de precipitadas e ineptas”⁵².

No entanto, o que realmente provocou a discussão das personagens foi a extinção de certos privilégios, como abolição dos chamados “direitos banais”. Se para alguns não podia ser considerada nem “justa” nem “aceitável”, a explicação da sua conveniência é argumentada no sentido em que a posse dos recursos naturais não pode ser uma regalia para o desfrute de uns poucos:

“A liberdade começa onde a opressão acaba – acudiu um velho fidalgo de nobilissimos sentimentos -, e v. exc.^a sabe que há privilegios que são oppressivos e contrarios ao direito natural da propriedade. Quem me disse a mim que as águas da rega, que me cobrem os campos de monte a monte, são minhas, e não devem fertilisar a leira do lavrador meu visinho? Tenho, é verdade, titulos que me reservam a posse de água. Quer-me parecer porém que o ar e a agua os creou

⁵² Alberto PIMENTEL, *O Testamento...*, cit., pp. 20-21.

Deus para todos, e que se eu deixo morrer á sede as terras do misero camponez, porque não tem dinheiro para me comprar a agua, abuso da minha posição social em desproveito da miséria que trabalha e súa infructiferamente á beira do meu solar”.

O que, em outra ordem das coisas, vem colocar a questão das diferenças sociais:

“- Pois d’aqui a pouco – contrapoz o senhor feudal – estarão os jornaleiros e os zagaes nivelados com os senhores e com os nobres. Será tudo commum, mercê da liberdade e dos seus fructos!”⁵³

Após esta breve referência às cortes de 1821, que não se repetirá no desenrolamento do romance, o narrador reconstrói para o leitor o tempo histórico das primeiras constituintes. Começa por expor a origem de todos os males de Portugal, não apenas os passados, mas os futuros que, como em outros romances históricos publicados nestes anos, faz recair na

“(…) grande familia portugueza, que se deixou explorar pelo estrangeiro, apagado no coração o amor pelas tradições nacionaes”⁵⁴.

A coroa concentra a responsabilidade da decadência do país enquanto que a “regeneração” – e uso do vocábulo aqui delata o tempo vital do autor -, diretamente aludida na fala de Nicolau da Veiga, virá da “família”⁵⁵, conceito construtor do sentido da História em Alberto Pimentel. No contexto do romance deve ser interpretado não apenas desde o ponto de vista ficcional, como uma unidade de sangue, mas como o elemento organizador da estrutura sociopolítica e cultural portuguesa:

“(…) a sociedade portugueza, dizíamos, esphacelada, espesinhada, profundamente abatida já em 1821, ao tempo de funcionarem as constituintes, promettia o que veio a ser depois, - tudo, menos familia”⁵⁶.

⁵³ Idem, p. 22.

⁵⁴ Idem, p. 27.

⁵⁵ Idem, p. 27.

⁵⁶ Idem, p. 80.

Sob este ponto de vista, a reacção da família real portuguesa aquando da invasão de Junot em 1807 fugindo para o Brasil – em contraponto com o que aconteceu com o povo:

“*Nós somos a patria, e todo o homem, por mais rico e fidalgo que seja, tem obrigação de servir a sua patria. Bem nobres eram os sessenta que expulsaram os Philippes e...*”⁵⁷, exclama o boticário –,

é interpretada como uma grave falta do sentimento nacional que veio a se confirmar em acontecimentos posteriores tendo a sua origem nos confrontos dos seus diferentes membros, nomeadamente D. João VI e o infante D. Pedro, afeitos ao liberalismo, e D. Carlota Joaquina e D. Miguel, declaradamente absolutistas. Estes enfrentamentos no seio familiar terão o seu reflexo no devir político do país e indicam um ponto de chegada na história de Portugal caracterizada por uma decadência iniciada no século XVI e continuada nos séculos XVII e XVIII até atingir os primeiros anos do século XIX: invasão franco-espanhola, perda de Olivença, Badajoz e Guiana, tratado de Fontainebleau, invasões, guerra, domínio de Beresford, revolta “civil” de 1820⁵⁸. De igual maneira se interpretam os acontecimentos compreendidos entre 1822 e 1828. D. João VI aparece como uma figura bondosa embora pouco hábil no complexo jogo político:

“Era realmente difícil a posição de el-rei, porque, comquanto mostrasse reprovar o procedimento do infante [D. Miguel] não conseguia dissipar em muitos ânimos as suspeitas de connivência”,

apesar de conseguir neutralizar a tentativa de golpe de Estado de abril de 1824⁵⁹. O seu oposto é D. Carlota Joaquina, que se recusa jurar a Constituição e inspira os movimentos antiliberais chefiados pelo infante D. Miguel, mas trata-se sempre de figuras entorno às quais existe um consenso entre os autores, imagens estereotipadas repetidas inúmeras vezes nos romances históricos da segunda metade do século XIX⁶⁰. É talvez por isto que na especialização ideológica dos reis e os infantes chama à atenção as decisões tomadas por D. Pedro, pois não estão isentas de certa contradição. Assim, por exemplo, a independência do Brasil não é senão

⁵⁷ Idem, p. 200.

⁵⁸ Idem, pp. 79-80.

⁵⁹ Idem, pp. 107-108.

⁶⁰ Vid. o nosso artigo intitulado “La imagen de D. Pedro y D. Miguel en la novela histórica portuguesa del siglo XIX”, *Espacio, tiempo y forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia, Serie V, Historia Contemporánea*, t. 18, UNED, Madrid, 2006, pp. 17-34.

uma traição inexplicável do imperador, “(...) por um momento deslembado da patria onde vira a luz”⁶¹, bem como a escassa simpatia tributada à deputação presidida pelo duque de Lafões que chega ao Rio de Janeiro para requerer a sua presença ou da filha em Lisboa após a morte de D. João VI, ou o “erro político” que supôs a nomeação do infante D. Miguel como lugar-tenente, pois em seguida de jurar a Constituição no palácio da Ajuda dissolveu as câmaras, convocou os três estados e se declarou rei de Portugal. O narrador parece reverter nesta infeliz decisão – junto com a “incúria da junta eleita do Porto” – a origem do desgraçado período de 1828-1832:

“Então, desencadeadas as paixões, soltos os ódios, entrou em todos os lares liberaes o espectro do terror, e começou a emigração para os portuguezes mais comprometidos nos acontecimentos anteriores, e para os que não se podiam curvar á púrpura que cobria os hombros do novo rei. Ao terror veio juntar-se a miséria, porque ahi por 1830, subia a sessenta mil o numero dos expatriados e presos, e orçavam por cinquenta mil as propriedades confiscadas as familias portuguezas”⁶².

Em 1895, ainda sob impacto emocional do Ultimátum, Alberto Pimentel dá à estampa um novo romance, *A Guerrilha de Frei Simão. Romance histórico* com o que, novamente, se propõe recriar o período da revolução de 1820 até a Guerra Civil de 1832-1834. O autor introduz, contudo, uma inovação com respeito ao tratamento que do tema fizera mais de duas décadas atrás. Desta vez aborda-o sob uma perspectiva biográfica subordinada à vida do guerrilheiro frei Simão, pois fora um encargo do amigo o visconde de Vila Mendo: “Eu ia, mediante prévia autorização que me indicára em Lisboa o meu illustre amigo o sr. visconde de Vila Mendo (...)”⁶³. A aproximação biográfica não era, porém, desconhecida para o autor, pois se tinha servido dela aquando da escrita de *O Anel Mysterioso* em 1873. De facto responsabiliza-a do sucesso do romance que teve uma segunda edição pouco tempo depois⁶⁴. É esta a razão que está na base do marco cronológico, mais abrangente do que o contemplado n’*O Testamento de Sangue*. A acção situa-se a 18 de Outubro de 1817, dia em que foi executado o tenente-general Gomes Freire

⁶¹ Alberto PIMENTEL, *O Testamento...*, cit., p. 106.

⁶² Idem, pp. 109-110.

⁶³ Alberto PIMENTEL, “Duas palavras”, *A Guerrilha de Frei Simão. Romance histórico*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945, páginas sem numerar.

⁶⁴ Alberto PIMENTEL, “Prologo da 3ª edição”, *O Anel Mysterioso. Scenas da Guerra Peninsular*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal Sociedade Editora, 3ª edição, ilustrada, revista pelo auctor, 1904, p. 6.

de Andrade no Campo de Sant'Ana, em Lisboa. O narrador relata os acontecimentos da seguinte maneira:

“(…) A respectiva sentença ordenava que os corpos de doze conspiradores, depois de terem passado pelo garrote, depois de lhes terem sido decepadas as cabeças, fossem queimados, e as suas cinzas lançadas ao mar. Apenas abria excepção, pelo que tocava à infâmia póstuma da fogueira, para quatro réus. (...) O tenente-general Gomes Freire de Andrade, foi executado na torre de S. Julião, longe dos seus companheiros de desgraça, porque se receou que o suplício numa praça pública desse origem a manifestações populares. O crime desses doze patriotas, e de outros que foram condenados a degredo, consistia na aspiração de libertarem o país da tutela do marechal Beresford, como primeiro passo para a conquista de um regime liberal”⁶⁵.

À diferença do romance anterior o narrador entra na descrição dos pormenores da revolta com a exposição da reacção no Porto dos homens que a protagonizaram: “Indicavam-se os nomes: o do desembargador Fernandes Tomás e o do advogado José Ferreira Borges, secretário da Companhia dos Vinhos”⁶⁶, bem como da estrutura que lhes servira de apoio, tudo pintado sob as cores do segredo:

“José Máximo⁶⁷, entrando, viu a três homens sentados a uma mesa, sôbre a qual ardia um candieiro de latão com três bicos. Todos os três homens tinham a cara coberta por uma máscara de pano preto, semelhante à dos *Farricôcos* das procissões de penitência. Este aparato de mistério, em vez de magoar José Máximo, agradou-lhe, porque lhe deu a impressão de estar num clube revolucionário, em exercício de funções. Desde aquêlo momento também êle era um conspirador”⁶⁸.

Segundo a interpretação veiculada pelo narrador o sucedido em Espanha, isto é, a revolta liberal de 1820, estimula o Sinédrio à rebelião, apressada pela tentativa de detenção de Fernandes Tomás que a faz deflagrar a 24 de Agosto no Porto com o apoio da população:

⁶⁵ Alberto PIMENTEL, *A Guerrilha de Frei Simão. Romance histórico*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945, pp. 33-34.

⁶⁶ Idem, p. 34.

⁶⁷ Personagem real. Joaquim Martins de Carvalho documenta os seus últimos anos de vida e dá notícia da morte a 15 de Dezembro de 1865. Vid. idem, pp. 295-297.

⁶⁸ Idem, p. 46.

“Todos os coronéis dos corpos da guarnição a apoiaram. O tenente-general Canavarro aderiu, como se esperava. O senado da câmara também. No Campo de Santo Ovídio, à frente das massas populares, que davam vivas à tropa, distinguiu-se José Máximo (...). Numerosos grupos percorriam as ruas da cidade, aclamando os vencedores”⁶⁹.

O romance oferece, como já acontecera n’*O Testamento de Sangue*, uma explicação global dos acontecimentos políticos de estes anos, não apenas sob uma leitura interna mas também internacional. Assistiremos, por tanto, ao golpe de Estado que porá o fim à primeira experiência liberal, com realce para as batalhas de Santa Bárbara e Amarante, o triunfo da Vilafrancada (28 de Abril de 1823) e o regresso dos absolutistas, a Abrilada, a morte de D. João VI e a regência de D. Isabel Maria, a outorga da Carta Constitucional, as revoltas absolutistas por todo o país, o golpe de Estado de D. Miguel, o episódio da Belfastada (16 de Maio de 1828) até atingir o confronto da guerra civil, acontecimentos já abordados n’*O Testamento de Sangue*. O contexto europeu completa o discurso entorno à implementação do Liberalismo em Portugal com as referências à guerra em Espanha, a queda de Carlos X e advenimento ao trono de Luís Filipe de Orleans, os movimentos revolucionários, a independência de Bélgica e o julgamento de Napoleão⁷⁰. Talvez o mais notável do relato sejam, precisamente, as páginas dedicadas à guerrilha, narrativamente restrita aos quatro últimos capítulos antes do desfecho do relato, reservado para o epílogo ao sintetizar os três anos que medeiam entre o fim da guerra e a morte do herói em 1837. O narrador descreve a sua composição, organização e estratégia militar com ajuda de bibliografia diversa: a *Crônica Constitucional do Porto* (14 e 28 de Agosto⁷¹, 8 e 15 de Dezembro⁷² de 1832) e documentação judiciária. O capítulo XXVII, intitulado “Os fuzilamentos de Viseu”, em que se relata a morte Frei Simão, acaba com as seguintes palavras:

“O frade constitucional de Cezar morrera como um herói, cristã e politicamente encarado. (...) Sôbre este e outros exemplos de grandiosa dedicação architectou a liberdade a sua conquista. Esquecê-lo é um crime, e contudo, às vezes, completamente o esquecemos”⁷³.

⁶⁹ Idem, p. 57.

⁷⁰ Idem, pp. 255-262.

⁷¹ Idem, pp. 268-269.

⁷² Idem, p. 291.

⁷³ Idem, p. 292.

IV. Realismo e Verossimilhança no Romance Histórico da Actualidade

Foi Garrett nas *Viagens na Minha Terra* (1846) o primeiro em se queixar com ironia do modo em como “nós fazemos a nossa literatura original”⁷⁴. Referia-se à proliferação, já nos fins de 40, de romances históricos ambientados na Idade Média sem qualquer estudo ou trabalho por parte dos autores que se contentavam com dar apenas a aparência da construção temporal nos nomes e nas palavras arcaicas tiradas dos velhos cronicões. Nos finais da centúria as coisas não pareciam ter melhorado porque Eça de Queirós utilizará a mesma estratégia para ridicularizar os excessos do género. Para a escrita de *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) auxilia-se de um romance histórico já conhecido, *Ódio Velho Não Cansa* (1848), de Luis Augusto Rebello da Silva, que serve de base à novela de Gonçalo Mendes Ramires intitulada *Torre de D. Ramires*⁷⁵. O protagonista, armado em romancista responsável perante o público leitor, não hesita quando deve consultar os mestres do romance histórico: as obras de Walter Scott e, na literatura pátria, o Herculano de *O Bobo*, *O Monge do Cister*, *Panorama...*, e pede à irmã Gracinha Ramires para lhe enviar “todos os cartapácios que por lá encontrares com o título de Crónicas do Rei Fulano”⁷⁶. Mas o recurso às fontes documentais nos autores do romance histórico da actualidade não está subordinado à ideia da “verossimilhança” – cujo objectivo é fazer credível a ficção através de uma apurada reconstrução da ambientação temporal, a chamada “cor local”, como acontece no romance histórico medieval ou aquele que recria a época das descobertas e as invasões ultramarinas e até o da Antiguidade Clássica –, senão à de “realidade”.

Como apontamos antes o propósito supera a dimensão estritamente literária para atingir uma outra finalidade: resgatar do esquecimento os acontecimentos mais significativos da recente História de Portugal para os difundir entre os contemporâneos e as gerações vindouras servindo, ao mesmo tempo, de padrões de conducta. Isto é, a História concebe-se segundo a máxima horaciana de “historia magistra vitae” face aos próprios governantes e à sociedade moderna como um instrumento de pedagogia política⁷⁷. Daí a ideia de estudá-la “com desvelada

⁷⁴ J. B. DE ALMEIDA GARRETT, *Viagens na Minha Terra*, I, Lisboa, Typographia da Gazeta dos Tribunais, 1846, pp. 40-42.

⁷⁵ T. F. EARLE, “(A) *Ilustre Casa de Ramires* e o romance histórico português” em A. Campos MATOS, *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, pp. 341-343.

⁷⁶ J. M. EÇA DE QUEIRÓS, *A Ilustre Casa de Ramires*, Porto, Livraria Chardron, 1900, p. 23.

⁷⁷ Beatriz PERALTA GARCÍA, “Arnaldo Gama y la Guerra Peninsular en la novela histórica portuguesa”, Emilio DE DIEGO (dir.) e José Luis MARTÍNEZ SANZ (coord.), *El comienzo de la Guerra de la Independencia*, Madrid, Ed. Actas, 2009; e idem “Fuentes documentales francesas para la construcción de la novela histórica: *Histoire de la Guerre de la Péninsule sous Napoléon*, del general Foy”, Nicole FOURTANE, e Michèle GUIRAUD, *Emprunts et transferts culturels dans*

exactidão”⁷⁸, como o autor explica na origem d’*A Guerrilha de Frei Simão*: “Por favor do sr. Vasconcelos compulsei vários documentos de família, posteriores ao auto de fé em que as justiças miguelistas pulverizaram o arquivo da sua casa”⁷⁹.

Para isso torna-se imprescindível a divulgação dos materiais utilizados na construção do fio histórico do relato e, em consequência, a anotação do texto, dois elementos que outorgam aos romances a sua feição científica. Alberto Pimentel é um dos autores mais prolíficos no uso das fontes documentais. Denuncia-o não apenas as referências indirectas contidas n’*O Testamento de Sangue*:

“Dizem os historiadores que o imperador não recebêra amoravelmente a deputação, se bem que mais tarde enviasse a Portugal a carta constitucional de que foi portador lord Stwart”⁸⁰,

mas também o rigor observado em outras referências. Atente-se ao excerto transcrito:

“Como porém sua magestade estivesse sobremodo fatigado, pronunciou a meia voz estas palavras suplementares: «Assim o juro de todo o meu coração», que só pelo presidente e secretários foram ouvidas como autenticamente consta do *Diario das côrtes geraes e extraordinárias da nação portugueza*”⁸¹.

Uma leitura atenta de este romance revela a citação bibliográfica das seguintes obras: um anónimo *Esclarecimento sobre a Guerra Civil de Portugal* que apareceu em Lisboa em 1838⁸²; a *Revista Histórica de Portugal*, de José de

le monde luso-hispanophone: réalités et représentations, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 2011, pp. 75-86.

⁷⁸ Alberto PIMENTEL, “Duas palavras”, *A Guerrilha de Frei Simão. Romance histórico*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945, p. 5.

⁷⁹ Idem, páginas sem numerar.

⁸⁰ Alberto PIMENTEL, *O Testamento...*, cit., p. 109.

⁸¹ Idem, p. 62. Itálicos originais no texto.

⁸² *Esclarecimento sobre a Guerra Civil de Portugal, o Sitio do Porto e a Morte de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança de Saudosa Memoria: Escritos por um Estrangeiro e Impressos em Londres em 1836*, Lisboa, Imprensa Galhardo e Irmãos, 1838. Acompanha-se em nota de rodapé com esta advertência: “*A guerra civil de Portugal, o sitio do Porto e a morte de D. Pedro*. Este livro está cheio de incorreções typographicas, que não desvirtuam a substancia. Também não prima pela beleza da fôrma, ma o desprimoroso do colorido, se não aformosenta, não perverte a verdade do quadro”. Vid. Alberto PIMENTEL, *O Testamento...*, cit., nota 1, p. 124.

Oliveira Berardo⁸³; as *Memorias* de João Pedro Soares Luna⁸⁴; e *Mário*, de A. Silva Gaio, um romance histórico tido como incontestado livro de história de que o autor reproduz a reflexão sobre as cortes constitucionais contida nas páginas 286 a 287 da primeira edição⁸⁵.

Também o fio de ficção é organizado a partir de informações tomadas de fontes bibliográficas, nomeadamente com um intuito descritivo: *Memorias para a Vida da Beata Mafalda*, de Fortunato de São Boaventura, para o mosteiro de Arouca, e os romances *A Ermida de Castromino*, de Teixeira de Vasconcellos, e *O Sentimentalismo* de João de Andrade Corvo, para a cidade de Coimbra⁸⁶. É de salientar o uso de fontes pictóricas, um recurso pouco utilizado mas de que já se serviu Arnaldo Gama para o bosquejo literário da personagem de Bernardim Freire de Andrade e Castro n' *O Sargento-Mor de Villar*, tomado do retrato de Domingos António de Sequeira⁸⁷. Alberto Pimentel auxilia-se do gravado da torre do Cham contido no volume 7 d' *O Panorama* bem como do artigo que o acompanha, da autoria de Joaquim de Santa Clara Sousa e Pinto, cujo excerto transcreve, para contar a visita que Carlota da Veiga e Simão Esteves realizam à torre⁸⁸.

Idêntico rigor se observa n' *A Guerrilha de Frei Simão*. Já no prólogo o autor afirmava: “Creio que êste romance deverá o «sens du réel», que porventura o vitalize, à profunda impressão que recebi, nesse dia, em visita ao solar do Outeiro, sob os tetos que abrigaram parte da atormentada existência de frei Simão”⁸⁹. O

⁸³ José de Oliveira BERARDO, *Revista Histórica de Portugal, desde a Morte de Dom João VI até o Falecimento do Imperador D. Pedro*, Coimbra, Imprensa de Trovão e Comp^a, 1840; vid. idem, p. 136.

⁸⁴ João Pedro Soares LUNA, *Memorias para Servirem à Historia dos Factos de Patriotismo e Valor Praticados pelo Distincto e Bravo Corpo Academico que fez Parte do Exercito Libertador*, Lisboa, na Typographia Lisbonense, 1837; vid. idem, p. 137.

⁸⁵ A. SILVA GAIO, *Mário. Episódios das Lutas Civis Portuguezas de 1820-1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868; vid. Alberto PIMENTEL, *O Testamento...*, cit., pp. 62-63. Do romance de Silva Gaio ocupámo-nos em Beatriz PERALTA GARCÍA, “*Mário* o la historia bajo el disfraz de novela”, in M^a Jesús FERNÁNDEZ GARCÍA e Iolanda OGANDO, (coords.), *Limite. Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonia. História na(s) literatura(s) em língua portuguesa*, Volumen 2, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2008, pp. 135-158.

⁸⁶ Fortunato de SÃO BOAVENTURA, *Memorias para a Vida da Beata Mafalda, Rainha de Castella, e Reformadora do Mosteiro de Arouca*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1814; Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, *A Ermida de Castromino*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1870; João de ANDRADE CORVO, *O Sentimentalismo*; vid. Alberto PIMENTEL, *O Testamento...*, cit., pp. 155-156 e 191-192, respectivamente.

⁸⁷ Arnaldo GAMA, *O Sargento-Mór de Villar. (Episodios da invasão dos francezes em 1809)*, vol. II, Porto, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos – Editor, 2^a edição revista e ilustrada, 1885, nota IX, p. 433.

⁸⁸ Alberto PIMENTEL, *O Testamento...*, cit., pp. 46-47.

⁸⁹ Alberto PIMENTEL, “Duas palavras”, *A Guerrilha...*, cit., páginas sem numerar.

levantamento bibliográfico revela que as informações sobre Saldanha foram obtidas da biografia de António da Costa intitulada *História do Marechal Saldanha*⁹⁰, tendo sido também consultados os *Apontamentos para a História Contemporânea*, de Joaquim Martins de Carvalho⁹¹, *Mário*, de A. Silva Gaio⁹², a *História da Guerra Civil*, de Luz Soriano⁹³, e as *Memórias do tempo passado e presente*, de António Luiz de Sousa Henriques Secco⁹⁴, para além da *Crónica Constitucional do Porto* dos anos 1832 e 1833⁹⁵.

⁹⁰ António da COSTA, *História do Marechal Saldanha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879; vid. Alberto PIMENTEL, *A Guerrilha...*, cit., p. 151 e ss.

⁹¹ Joaquim Martins de CARVALHO, *Apontamentos para a História Contemporânea*, Lisboa, Typographia de M. de J. Coelho, 1854; vid. idem, p. 161 e ss, e p. 102.

⁹² A. SILVA GAIO, *Mário...*, cit.; vid. idem, p. 191 e ss.

⁹³ Concretamente a 3ª época, tomo IV, p. 4, onde existe uma alusão à guerrilha de frei Simão. Vid. LUZ SORIANO, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo a História Diplomática Militar e Política d'este Reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, citado em Alberto PIMENTEL, *A Guerrilha...*, op. cit., p. 284.

⁹⁴ António Luiz de Sousa Henriques SECCO, *Memórias do tempo passado e presente para lição dos vindouros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880; vid. idem, p. 300, onde aparecem as primeiras informações sobre frei Simão.

⁹⁵ Idem, pp. 268-269, 291 e 293-294.